

Qualificar e requalificar

A educação e a formação são vectores estratégicos na sociedade do conhecimento e da aprendizagem em que vivemos. Isso é particularmente manifesto e assumido nas pretensões das directrizes e dos documentos oficiais, quer a nível europeu quer a nível nacional, mas não é, ainda, de forma consistente e empenhada, expresso pelas práticas da maioria das instituições e das entidades formadoras. O crescimento inteligente, sustentável e competitivo das comunidades exige, pois, uma atenção efectiva ao desenvolvimento de competências e aptidões dos cidadãos, de forma a proporcionar-lhes condições seguras para lidarem com os variados desafios e as várias oportunidades da sociedade hodierna.

Há factores histórico-sociais que justificam hoje a particular acuidade destas problemáticas, desde o reconhecido envelhecimento demográfico da população, à intensificação em todos os domínios da globalização, passando pelo desenvolvimento acelerado da sociedade da informação e do conhecimento, bem como das redes sociais. De facto, tendo-se esfacelado e rompido os tradicionais “equilíbrios” sociais e geracionais, em que a formação era, essencialmente, um assunto para crianças e jovens, sendo a formação inicial o principal objectivo das políticas e práticas educativas e formativas, é hoje preciso conferir

atenção complementar e redobrada aos programas de qualificação e requalificação de outras franjas da população, sobretudo tendo em vista a sociedade digital que se instalou e veio para ficar.

O processo de substituição das gerações no mercado de trabalho é mais lento e isso provoca uma pressão constante sobre os trabalhadores no activo ou que a ele querem regressar, no sentido da procura de uma formação contínua, capaz de satisfazer justamente as exigências também contínuas com que se debatem no exercício das suas actividades. Ademais, a exclusão da formação,

gerando grupos de menos qualificados, traz consigo a perda da empregabilidade, a curto ou médio prazo.

É certo que aqueles que não acedem ao conhecimento têm menos oportunidade de participar na vida económica, social e cultural, ao mesmo tempo que vêem reduzir-se as suas opções de integração social e de melhoria da sua empregabilidade e adaptabilidade.

Por outro lado, a intensificação da globalização, entre muitas outras realidades, tornou as comunidades autênticos mosaicos interculturais e multiétnicos, introduzindo, assim, a par do enorme potencial de criatividade e inovação que essa mistura cultural-civilizacional comporta, um novo conjunto de necessidades de qualificação e requalificação a que é preciso dar resposta.

Ninguém ignora, também, porque todos o sentem nas suas vidas, de uma forma ou de outra, que as tecnologias, a internet e as redes sociais potenciaram muitas das alterações que se estabeleceram nas formas de organização da vida individual e em sociedade e que, entre elas, há também lugar para novas formas de acesso ao conhecimento e ao saber, bem como da sua partilha. É inegável que a tecnologia que caracteriza a sociedade digital actual transformou completamente a vida em sociedade.

Há, portanto, um quadro geral de dinâmicas sociais particularmente favorável à implementação de políticas e práticas de aprendizagem ao longo da vida, como paradigma orientador da sustentabilidade do desenvolvimento das modernas comunidades, que, ao mesmo tempo que garante o acesso universal a competências-chave, desenvolve também uma cultura de aprendizagem ao longo da vida, embora isso não chegue.

O essencial residirá na capacidade que exista para atrair e mobilizar toda a sociedade para os propósitos e programas de qualificação e requalificação que se devam implementar, com as inerentes mudanças culturais e de

paradigmas dos serviços de educação e formação, sobretudo de uma cultura académica escolástica, formal e temporalmente delimitada para uma cultura mais flexível, adaptada e contínua.

Paralelamente, é preciso que as instituições formadoras, incluindo as universidades, reflectam sobre as suas práticas de formação e, de acordo com as novas exigências, se ajustem também às “reclamações sociais” emergentes.

A deficiente ou lenta percepção da urgência destas transformações pode, porém, comprometer as respostas, anulando-as ou atrasando-as, o que, em última instância, pode fazer perigar as alterações necessárias e, assim, em consequência, a própria sustentabilidade de uma comunidade. O melhor investimento na própria sobrevivência dessa comunidade passa pela sua qualificação/requalificação, pois, como se sabe, o capital humano é o substrato essencial de uma economia baseada no conhecimento.

Nesta lógica, a aposta na aprendizagem ao longo da vida como elemento de desenvolvimento e de transformação é vital para potenciar as valências de uma comunidade. É, portanto, fundamental desenvolver uma visão e uma estratégia, nomeadamente nas instituições de educação, que coloque a aprendizagem ao longo da vida no centro das suas preocupações e actuações. Fazê-lo é, no fundo, colocar as pessoas no centro nevrálgico do desenvolvimento.

Tal implica planear um conjunto de actividades de aprendizagem ao longo da vida coerente com os estilos de vida dos aprendentes (ritmo, localização, horários, custo), ao mesmo tempo que os motiva para aprender sempre mais. Na sociedade do conhecimento, o conhecimento tem mesmo de estar no centro das atitudes, espontâneas ou solicitadas, dos seus membros.

Às instituições de educação e formação devem associar-

se, de forma empenhada, às empresas e/ou associações profissionais e às várias autoridades nacionais, regionais e locais, promovendo e incentivando a participação dos seus colaboradores em programas de formação. Essa “rede de vontades”, qual rede invisível promotora da qualificação, junto com o trabalho de técnicos e formadores especializados, pode produzir uma rede social de apoio consistente para a lógica da aprendizagem ao longo da vida ou, se quisermos, para a preparação sustentada do futuro.

No fundo, todos os agentes sociais, de acordo com as suas distintas áreas de intervenção, devem contribuir para garantir o acesso à aprendizagem, com vista à aquisição e renovação das competências necessárias para uma participação efectiva na sociedade do conhecimento, tendo presente que o aumento dos níveis de aposta nos recursos humanos é também um aposta no aumento da inovação e da criatividade, ou seja, em novas e melhores soluções para problemas antigos e novos.

A “nova mentalidade” e disponibilidade para a lógica da aprendizagem ao longo da vida deve, naturalmente, ser também um requisito para os técnicos e formadores que se envolvem nas actividades formativas. Precisam de ser proactivos, favoráveis à antecipação de cenários de futuro e à sua construção, na medida do possível, no presente.

Se as mutações sociais e tecnológicas estão a transformar e a actualizar o perfil de competências básicas que os cidadãos devem possuir como requisitos mínimos, o mesmo se pode dizer em relação aos formadores: também eles necessitam de, em conformidade, conhecer vários modelos de ensino-aprendizagem, com procedimentos adequados às características do grupo dos aprendentes, de forma a maximizar os resultados esperados. Ao mesmo tempo, devem ser capazes de conceber, implementar e monitorizar processos de aprendizagem social com as novas competências que a sociedade digital demanda.

O princípio orientador da educação e da formação deve ser a oferta e a participação num *continuum* de aprendizagem ao longo e em todos os domínios da vida, independentemente do contexto, promovendo uma cidadania activa e fomentando a empregabilidade. Tudo isto sempre considerando que os actores principais da sociedade do conhecimento e da aprendizagem são os indivíduos. É a capacidade humana que cria conhecimento e que é capaz de o usar de forma eficaz, designadamente em contextos de mutação contínua e acelerada.

Hoje, não basta receber uma educação básica na infância, nem tampouco uma educação especializada ou tendencialmente especializada na adolescência, como se terminasse então a formação de um indivíduo. É cada vez mais evidente a necessidade de continuar a qualificação e a requalificação ao longo da vida. A dinâmica da sociedade moderna acentuou o lugar cada vez mais importante e decisivo que a formação assume na vida dos indivíduos.

A formação é, pois, uma ferramenta que, bem utilizada, garante um presente e um futuro melhores para todas as pessoas, permitindo, em consequência, construir uma sociedade mais justa, em que todos os indivíduos sejam realmente iguais, com os mesmos direitos, deveres e oportunidades, como seres autónomos, dotados de consciência crítica e espírito de intervenção. *

jose.sales@uab.pt